



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA
CÂMARA MUNICIPAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

REUNIÃO Nº 24/2020

ASSUNTO

REUNIÃO ORDINÁRIA

DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2020



SUMÁRIO:

Fl.

01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	2-8
03- Balancetes	8
04- Pagamentos	9
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	9-11
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	11-12
09- Pessoal	13-18
10- Requerimentos diversos	-
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	18-34
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	35

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA N° 24/2020

Data da Reunião: Vinte e sete de novembro de dois mil e vinte

Local da Reunião: Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

Presidiu: AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO

Presenças

Presidente:

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Vereadores:

Inocêncio Lobo Araújo

Maria José da Silva Gonçalves

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

José Alfredo Pereira Bastos Oliveira

Fernanda Maria Marques da Costa

Pedro Miguel Ferreira Sousa Lobo

Início da Reunião: Quinze horas e trinta minutos

Encerramento: Dezoito horas e cinquenta e um minutos

Secretariou a reunião: Marta Alexandra Rocha Pereira Gonçalves

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:



PONTO Nº. 2: ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO E DOS SENHORES VEREADORES

O senhor Presidente da Câmara dá início à sessão, começando por dar nota da situação da Covid 19 no concelho de Ponte da Barca que, à data de 25 de novembro, totalizava 48 casos positivos. Refere tratar-se de uma situação preocupante, nomeadamente no que toca à situação do Lar de Entre Ambos os Rios.

Menciona ainda que hoje o senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca recebeu um louvor por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil, assim como aproveita para informar acerca da inauguração das instalações da CLDS na Rua Condes da Folgosa.

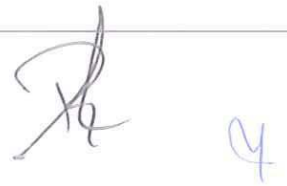
Ao nível das obras públicas, comunica que foram assinados os contratos das empreitadas da Estrada de Landim assim como do Centro de Negócios e que, neste último, os trabalhos já deram início.

Transmite também que, imbuído do espírito natalício, inaugurou-se a iluminação de Natal e colocou-se música ambiente nas ruas da vila.

Termina a sua intervenção transmitindo que, fruto desta pandemia que vivemos, não será realizado o habitual jantar de Natal, sendo que a ideia passa por transferir o dinheiro gasto nesta iniciativa para o CCD dos trabalhadores do Município, de forma que através de vouchers os funcionários os possam despendar no comércio local.

Toma a palavra o senhor Vereador Inocêncio Araújo que, após saudar todos os presentes, faz também um ponto de situação da Covid 19 em Ponte da Barca. Menciona que o foco no Lar de Entre Ambos os Rios é algo que não desejavam, mas que não o surpreende em absoluto. Informa que estão a fazer o rastreio e que não há nenhuma situação de alarme contudo, solicitaram a brigada do apoio da Segurança Social e a resposta que obtiveram foi que as duas enfermeiras afetas a essa equipa estavam positivas e que estão com dificuldades em conseguir esse apoio. Transmite que está certo que os colaboradores vão dar o melhor de si.

Recorda que o concelho subiu no nível da escala de risco e apela ao cumprimento das regras básicas: distanciamento, uso da máscara e lavagem das mãos, por forma a diminuir a pressão e dar folga às unidades de



saúde.

O senhor Vereador termina a sua intervenção referindo-se ao louvor recebido pelo senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca, que considera justo.

Inicia a sua intervenção o senhor Vereador Ricardo Armada começando por se referir à situação da Covid 19 em Ponte da Barca, participando que também recebe algumas informações em relação à região Norte e também do distrito de Viana do Castelo e recorda que, neste momento, Ponte da Barca é o segundo concelho com a variação mais elevada do distrito, logo atrás de Monção.

Indica que a Câmara Municipal deve continuar a divulgar as medidas e estas até devem ser reforçadas.

Relativamente à situação no Lar de Entre Ambos os Rios, transmite que é uma situação que pode ocorrer em qualquer lar e que são poucos os lares que não têm surtos. Isto é um desafio para a Instituição, pois estão todos os dias a aprender, a lidar com a situação e realça que todos têm sido incansáveis na sua performance, enaltecendo o profissionalismo deste pessoal.

Quanto ao CLDS deseja que este grupo de trabalho seja eficaz naquilo que são os reais problemas do concelho, agora mais com a crise que se vive, económica e social. Espera que estejam atentos àquilo que são os problemas das famílias aos quais todos devem estar atentos.

No seu ponto de vista, a Câmara Municipal tem falhado, não tem acompanhado as dificuldades das empresas e das famílias barquenses. Não vê anunciar nada e não vê nada no Plano de Atividades destinando a auxiliar estas pessoas. Ainda que venha a ocorrer, vai ser uma implementação tardia, significando uma eficácia quase nula.

Relembra que são problemas graves e quer sensibilizar o executivo, pois não vai tarde – já deveria ter sido feito, mas ainda pode ser feito algo agora, pois o papel da Câmara Municipal é crucial.

Toma a palavra o senhor Vereador Pedro Sousa Lobo que começa por saudar os presentes e informar que acompanha as palavras dos senhores Vereadores Inocêncio Araújo e Ricardo Armada.

Relativamente ao CLDS, questiona quem recrutou; se foi um procedimento com divulgação pública, pois afirma que tem ouvido que todos os recrutados têm ligações diretas à política.

Refere que há imagens que valem mais que mil palavras!

Questiona se o recrutamento foi feito pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca ou pela Câmara Municipal, pois considera importante esclarecer esta situação.

Prossegue a sua intervenção referindo que ficou feliz que tenha sugerido em reunião de Câmara a hipótese da

existência de vales a utilizar no comércio local, como já tem insistido desde abril/maio de 2020, assim como já sugeriu em reunião de Câmara a possibilidade de haver uma verba de cerca de 60.000 euros para este fim e que a medida não se restringisse somente aos funcionários do Município.

A seu ver, parece que a Câmara Municipal se esqueceu de quem ficou em Layoff, desempregado, as IPSS's, os Bombeiros e os profissionais de saúde.

Considera que uma medida do género não é nada de especial, se olharmos ao extrato das requisições que são emitidas e ao facto da Câmara ter cinco arquitetos a exercer funções e as pessoas perguntarem onde estão as gruas?

A verdade é que este executivo não publica os contratos, não é muito transparente e é tudo feito no segredo dos gabinetes.

Prossegue a sua intervenção questionando o senhor Presidente se já tem a certeza de que a mera DUP permite a transmissão dos terrenos a expropriar para a Adega; se já tem data de conclusão da empreitada de Santo António do Buraquinho e da Av. Fernão de Magalhães, recordando a este propósito que em Assembleia Municipal o senhor Presidente afirmou que iriam ser inauguradas a 24 de outubro.

Termina a sua intervenção recordando que na última reunião de Câmara o senhor Presidente informou que iria avançar com medidas, além dos vouchers.

Inicia a sua intervenção a senhora Vereadora Maria José Gonçalves começando por referir-se à situação da Covid 19 e do Lar de Entre Ambos os Rios, que não é nada que surpreende, mas o facto de sentir que está mais próximo cria em todos, uma empatia mencionando quão constrangedora é esta situação.


Continua a sua intervenção apontando três aspetos: clarificação, solicitação e propostas de ação.

Relacionado com a Estratégia Local de habitação, questiona o ponto de situação do apartamento que ardeu no bairro social.

Realça que no dia 20 de novembro foi assinalado o Dia Internacional dos Direitos da Criança e que em Ponte da Barca foi assinalado com uma reportagem fotográfica.

Refere-se ainda ao relatório da CPCJ de 2019, solicitando a sua publicação na página do Município.

Prossegue a sua intervenção dando conta que foi feita outra festa de aniversário, a do senhor Presidente, e depois da subscrição que foi feita para o presente, considera esta situação no mínimo comparável com o que se passa na Coreia do Norte. Replicar más práticas é deplorável e inqualificável. Relativamente ao bolo oferecido, não vai



questionar quem pagou, mas relativamente às castanhas sim, pede informação acerca de quem fez o pagamento.

Alude ainda à questão do 11º Curso para Fiscal Municipal, que considera ser caso para o IGF.

A senhora Vereadora menciona ainda que no dia 25 de novembro foi comemorado o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres e não deixa no mínimo de ser caricato terem eliminado a única mulher que faz parte deste executivo da reportagem feita relativa à inauguração do espaço onde funcionará o CLDS de Ponte da Barca.

Confirma que a reportagem é interessante e responde a uma questão que a senhora Vereadora colocou em 15 de outubro, percebendo agora a razão porque o senhor Presidente não respondeu.

Aproveita para desejar, do fundo do coração, que esta equipa tenha o maior sucesso, no entanto lamenta que a entidade gestora do projeto dê continuidade à política do executivo da prática de nepotismo. Refere que fez uma pesquisa no site da SCMPB e não encontrou nenhum anúncio de recrutamento, e também no jornal Notícias da Barca nada surgiu. Portanto, solicita que a Câmara Municipal questione a SCMPB para que diga quais os procedimentos que levou a cabo para recrutamento da quicá técnica do CLDS 4G.

Relativamente ao comércio local e tradicional, partilha uma declaração de interesses: é casada com um comerciante que trabalha neste setor em Ponte da Barca.

Numa altura que voltamos a viver em Estado de Emergência, em que o turismo está suspenso e a circulação entre concelhos está proibida, este executivo apresenta como grande medida o início de procedimento e a inauguração da iluminação de Natal. Relembra a senhora Vereadora que se o executivo não tem ideias, deve aproveitar as propostas da oposição, ou então, pensar quanto gastou no ano passado nas festas natalícias e canalizar essas quantias para famílias que precisem e ativar desta forma o comércio local.

Quanto à apresentação que surgiu no dia de aniversário da Convenção sobre os Direitos das Crianças, recorda que está numa escola e o que se passa é muito grave, com muitas famílias e crianças do nosso concelho. Para algumas delas a vida já foi madrasta e que tenham este ano um mimo e que seja a Câmara Municipal a dizer que vamos atribuir a quem mais precisa, é a atitude correta, é o que precisa ser feito.

Aparentemente a cultura em Ponte da Barca morreu, contudo podemos pegar nos nossos artistas e fazer porta a porta espetáculo e levar às janelas das pessoas música, assim como os meninos do pré-escolar podem usufruir da atuação de um palhaço ou de uma animação natalícia.

Relativamente à questão da Barcatextil que já abordou em reuniões passadas, partilha que o que lhe foi entregue



foi um processo e, ao analisá-lo, sentiu uma revolta tamanha pelo que consegue imaginar a revolta daquela família. Considera que esta situação deveria ser um estudo de caso, pois é uma vergonha. Refere que tinha vergonha de ser o chefe máximo de uma entidade e entregar a uma Vereadora um processo deste tipo. Indica que no processo é admitido que a empresa está ilegalmente a laborar, pelo que solicita a presença dos dois Chefes de Divisão responsáveis por aquilo a que chama uma pouca vergonha.

Recorda que há uma família agoniada, porque há uma instituição chamada Câmara Municipal que não dá resposta a esta situação.

Toma a palavra a senhora Vereadora Fernanda Marques que inicia a sua intervenção congratulando-se com o louvor entregue ao senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca, referindo que assistiu à cerimónia e gostou particularmente da resposta do comandante quando lhe questionaram se pretendia discursar, ao que respondeu que era um homem de ações e não de palavras.

Prosseguiu a sua intervenção dirigindo uma mensagem de apoio ao colega de Vereação, Inocêncio Araújo, dizendo que o seu desejo é que o surto de Covid no Centro de Entre Ambos-os-Rios se extinga e que tudo corra pelo melhor.

Como resposta ao Dr. Ricardo Armada referiu que no âmbito de medidas concretas de apoio às famílias, também no concelho de Ponte da Barca houve um reforço no Programa de Apoio Alimentar POAPMC, porém não foi divulgado porque considera que estes apoios sociais não devem ser publicitados, ainda mais quando é um Programa a nível nacional e não municipal.

Por último, em relação à observação feita pela Vereadora Maria José Gonçalves, quanto ao facto de não estar presente nas fotos oficiais da inauguração do CLDS de Ponte da Barca, informa que foi convidada, mas em horário diferente do senhor Presidente, por motivos de Covid. Confirmou que esteve presente, mas foi com grande indignação que na noite anterior soube que a pessoa que tinha colocado um post nas redes sociais com as fotografias da inauguração onde ela estava juntamente com a equipa da ação social da Câmara Municipal recebeu indicações superiores para retirar o post invocando que os elementos que compõem a Ação Social e/ou CPCJ não poderiam utilizar imagens para ações políticas. Continuou a Vereadora Fernanda Marques a sua intervenção, referindo que este acontecimento tinha sido muito recente e ainda não tinha tido oportunidade para esclarecer toda esta situação e disse que estava indignada porque não percebeu como daquelas fotos se podiam retirar qualquer tipo de ações políticas.

Iniciou a sua intervenção o senhor Vereador José Alfredo Oliveira solidarizando-se com o Vereador Inocêncio Araújo referindo que tem estado à altura, assumindo uma liderança espetacular, referindo que é nos momentos difíceis que se veem os líderes.

Relativamente ao que foi posto em causa, em sede de reunião pela Vereadora Maria José, em relação à CPCJ, recusa-se a tornar a CPCJ um teatro. Referiu ainda que as contas foram mostradas e o relatório foi publicado e enviado a quem de direito, sendo que, do ponto de vista da legalidade de atuação deste órgão, está tudo conforme.

Mais referiu que infelizmente tem aumentado o nível de casos referenciados e que a equipa faz aquilo que pode. No que diz respeito ao processo Barcatextil referiu que decorreu em conformidade com a lei e que ainda hoje tinha reunido com os Chefes de Divisão e o que lhe foi dito é que há prazos a decorrer.

Retoma a palavra a Vereadora Maria José Gonçalves referindo que é por estes e outros processos que os barquenses lhe tem pedido para avançar com uma candidatura e que só tem pena não estar com essa vontade.

Dirigiu-se novamente ao Vereador José Alfredo Oliveira e disse-lhe que enquanto responsável pela Modernização Administrativa deveria saber que o relatório da CPCJ tinha que estar publicado no site do município.

Quanto ao processo Barcatextil acrescentou que só quem trabalha é que sabe o que ali está.

Em resposta o Vereador José Alfredo Oliveira afirmou que foi dado despacho para cessação da atividade da empresa, mas que no entretanto o proprietário solicitou alteração do espaço para Tipo III, no decorrer deste processo de alteração de tipologia voltou a não responder e não cumpriu o despacho.

Interrompeu o Dr. Ricardo Armada a questionar esta situação da CPCJ, relativamente às fotos que foram retiradas das redes sociais.

Interveio, novamente a Vereadora Fernanda Marques expondo o que tinha acontecido e que iria averiguar quem tinha dado indicações para retirarem as fotos, porque essa situação é muito grave.

Retomou a palavra a Vereadora Maria José Gonçalves referindo, que na sua opinião, as fotos tinham sido mandadas retirar deliberadamente.

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente de Câmara informou que estava surpreendido e deu algumas notas, relativamente ao que foi referido na reunião. Relativamente ao CLDS disse que a coordenação foi escolha do município e a nomeação dos técnicos foi escolha da Santa Casa da Misericórdia.

Quanto aos terrenos da Adegá Cooperativa, quer o consultor jurídico, quer os serviços, dizem que é possível

transferir a propriedade dos mesmos.

Referente às obras do Santo António do Buraquinho e à Avenida Fernão Magalhães recorda que sim, que afirmou que gostava que no dia 24 de outubro fosse feita a inauguração e explica o atraso das obras, são obras de monta e conta em dezembro terminá-las, são obras que estão a ficar muito bem e são muito necessárias.

Relativamente ao apartamento que ardeu, esclarece que numa primeira fase houve negociações com a seguradora e o procedimento está a seguir.

Interveio o senhor Vereador Pedro Sousa Lobo e questiona de quem é o apartamento onde a família está alojada. Por último o senhor Presidente referiu que, relativamente ao seu aniversário, comprou o bolo e distribuiu pelos funcionários com uma nota pessoal. Foi um gesto de educação e faz muito gosto em partilhar esse dia com a família e com quem estamos a trabalhar.

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020: - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, com abstenção do senhor Vereador Ricardo Armada por não ter estado presente, aprovar a ata da reunião, realizada no dia dezasseis de novembro corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da respetiva reunião.-----

PONTO Nº: 3- BALANCETES

3.1.- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 26/11/2020, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....200.911,20€

Dotações Não Orçamentais.....263.211,30€



PONTO Nº: 4- PAGAMENTOS

4.1.- PAGAMENTOS

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 2053 a 2871 inclusive, no valor de 1.251.256,97 €.

4.2.- DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 12/11/2020 e o dia 23/11/2020, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	433.269,93 €
Compromissado.....	673.020,02€
Pago.....	1.205.210,32 €
Operações não Orçamentais.....	0,00€

PONTO Nº: 6- OBRAS PÚBLICAS

6.1. - EMPREITADA "OBRAS DE ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DE VIVEIRO DE EMPRESAS – INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE DO MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA (ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA NOVA DE MUÍÁ)

- Presente informação interna, registada sob o nº 5423, em 24/11/2020, que se transcreve: "Conforme proposto em referência:

1. Em sequência da aprovação do projeto relativo à: "Obras de alteração de edifício para instalação de viveiro de empresas- Incubadora de Empresas de base do Município de Ponte da Barca- (Antiga Escola Primária de Vila Nova de Muía)", ocorrida por deliberação de Câmara Municipal em 23/01/2020, submete-se à consideração superior a



presente proposta de decisão de contratar, para execução da respetiva empreitada.

2. Assim e face ao exposto, propõe-se ainda, a aprovação do seguinte:

2.1. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO: Obras de alteração de edifício para instalação de viveiro de empresas - Incubadora de Empresas de base do Município de Ponte da Barca - (Antiga Escola Primária de Vila Nova de Muía) e respetivas peças do procedimento que se remetem em anexo à presente informação;

2.2. TIPO DE CONTRATO: Contrato de Empreitada;

2.3. PREÇO BASE: 184.746.37 Euros, de acordo com o nº 3 do artigo 47º do CCP, o preço base foi calculado com base em consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35º- A do CCP, tendo sido consultada a empresa Rematelaborado, Lda. cujas peças se encontram anexas ao caderno de encargos;

2.4. PRAZO CONTRATUAL: 330 dias;

2.5. TIPO DE PROCEDIMENTO A ADOTAR: Concurso Público, sem publicação no JOUE de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do CCP;

2.6. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO AO TIPO PROCEDIMENTO ADOTADO; O recurso ao procedimento acima referido justifica-se por se tratar de um procedimento que permite a celebração de contratos nos termos da alínea b) do artº 19º do CCP;

2.7. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: Proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 art.º 74º do CCP;

2.8. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder os 184.746.37, a satisfazer pelo Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2020, enquadrada no objetivo 2017/I/2, com a classificação económica U3/07010307, conforme informação da DAGFCP com registo interno n.º 5090/2020 em 05//11/2020, na qual é verificada a conformidade com o disposto no art.º 8º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho;

2.9. MEMBROS DO JÚRI Membros efetivos: Presidente: Gisela Maria Fernandes Azevedo Paredes; Vogal: André Duarte de Oliveira Primo Vogal: Miguel Ângelo Cunha Velho da Silva, Suplentes: Vogal: Carlos Venceslau de Oliveira Gomes Vogal: Pedro Filipe Antunes da Rocha

2.10. GESTOR DO CONTRATO, NOS TERMOS DO ART.º 290.º-A DO CCP: Efetivo: Miguel Ângelo Cunha Velho da Silva Suplente: Ana Teresa da Silva Gonçalves.

3. O órgão que toma a decisão de contratar no uso de competências próprias, é a Câmara Municipal.



4. Remete-se à consideração e decisão superior."

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar e aprovar o proposto na informação dos Serviços.

PONTO Nº: 8- OBRAS PARTICULARES

8.1.1. - PROJETO ARQUITETURA

Manuel Rodrigues Fornelos a requerer aprovação do projeto de arquitetura de Reconstrução e Ampliação de moradia unifamiliar na tipologia T3, sito no lugar de Real de Cima- freguesia de Ruivos- Processo LE-EDI 12/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 09/11/2020.

Fernando Manuel Ribeiro Gonçalves de Almeida e Fernanda Maria Marques da Costa a requerer aprovação do projeto de arquitetura da construção de edifício destinado a habitação unifamiliar de tipologia T3, sito no lugar de S. Sebastião- freguesia de Paço Vedro de Magalhães - Processo LE-EDI 70/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 19/11/2020.

8.1.2. - PROJETOS DE ESPECIALIDADES

Manuel Sousa da Silva, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da reconstrução de edifício destinado a habitação unifamiliar de tipologia T2, no lugar da Igreja, freguesia de Britelo- Processo LE-EDI 18/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 26/10/2020.

Carlos Alberto Bravo Boalhosa, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da construção de moradia unifamiliar na tipologia T3, sito no lugar de Rua Nova, freguesia de Crasto- Processo LE-EDI 54/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 05/11/2020.



José Rafael Cerqueira Freitas, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da construção de moradia unifamiliar na tipologia T2, sito em Castanheira no lugar de Bemposta, freguesia de Lavradas- Processo LE-EDI 69/2018- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 26/10/2020.

João Pedro Pereira Ferreira, a requerer aprovação dos projetos de especialidades da construção de moradia unifamiliar na tipologia T3, sito lugar da Pegadinha, freguesia de Bravães- Processo LE-EDI 80/2019 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 09/11/2020.

8.1.3- PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES

Victor Manuel Reis Lopes, a requerer aprovação dos projetos de arquitetura e especialidades do licenciamento/legalização de edifício bi-funcional destinado a comércio e habitação, sito na Rua Dr. Joaquim Moreira de Barros, freguesia e concelho de Ponte da Barca- Processo OP-LEG 11/2019- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 23/10/2020.

Maria de Fátima Sousa Gomes, a requerer aprovação dos projetos de arquitetura e especialidades da construção de Jazigo, sito no Cemitério Municipal de Ponte da Barca na Avenida Fernão Magalhães- Processo LE-EDI 44/2019- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 10/11/2020.

Fernando Sá Carneiro, a requerer aprovação dos projetos de arquitetura e especialidades da reapreciação do projecto para construção de edifício destinado a arrumos, sito no lugar de Ruivos, freguesia de Crasto, - Processo LE-EDI 10/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 10/11/2020.



PONTO Nº: 09 – PESSOAL

9.1.- PROCESSO DISCIPLINAR N.º 01/2020

- Relatório Final, nos termos do artigo 219.º, n.ºs 1 e 2 da LTFP

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi proferido o seguinte despacho "Nos termos das disposições legais mencionadas na informação que integra o PD 1/2020, submeta-se o referido processo a deliberação da Câmara Municipal, nos termos dos artigos 197º n.º 4 da LTFP.

Ponte da Barca, 23 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara"

- Finda a apreciação do processo, a Câmara Municipal passou à votação, por escrutínio secreto, do projeto de decisão proferida pelo instrutor responsável, tendo ficado estabelecido que, quem quisesse votar a favor da decisão proposta, assinalava no boletim de voto com uma cruz no "concordo com a proposta", quem quisesse votar contra, assinalava no boletim de voto com uma cruz no "não concordo com a proposta" e quem quisesse abster-se nada assinalava no boletim de voto, sendo considerado abstenção. Corrido o escrutínio secreto, verificou-se que entraram na urna sete boletins de voto, sendo o resultado da votação cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. Em face deste resultado, foi aprovada a decisão de arquivamento do presente processo disciplinar, com fundamento constante no Relatório Final, cujo original fica arquivado na Secção de Recursos Humanos, da Divisão de Administração Gestão Financeira e Contratação Pública. Mais deliberou que o(a) trabalhador(a) seja notificado(a) da presente decisão, a qual deverá ser acompanhada de cópia do Relatório Final, nos termos da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.-----

9.2.- CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADE

- Proposta-

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 4282, em 18/09/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que o trabalhador Richard Pereira de Amorim com a carreira e categoria de Assistente Operacional, se encontra a exercer funções de Assistente

Técnico no Serviço de Arquivo da Divisão Sociocultural, em regime de mobilidade intercarreiras desde 03 de junho de 2019;

Considerando que existe posto de trabalho cativo no mapa de pessoal para 2020, na Divisão Sociocultural, assim caracterizado:

- Carreira/categoria: Assistente Técnico/Assistente Técnico

- Atribuições/competências/atividades: Administrativo- Desenvolve funções que se enquadram em diretivas gerais dos dirigentes e chefias, de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade, processamento, pessoal e aprovisionamento e economato, tendo em vista assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos da prestação de bens e serviços; Assegura a transmissão da comunicação entre os vários órgãos e entre estes e os particulares, através do registo, redação, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Assegura trabalhos de digitação; Trata informação, recolhendo e efetuando apuramentos estatísticos elementares e elaborando mapas, quadros ou utilizando qualquer outra forma de transmissão eficaz dos dados existentes; Recolhe, examina, confere e procede a escrituração de dados relativos as transações financeiras e contabilísticas, Recolhe, examina e confere elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providencia pela sua correção e andamento, através de ofícios, informações ou notas, em conformidade com a legislação existente; Organiza, calcula e desenvolve os processos relativos a situação de pessoal e a aquisição e ou manutenção de material, equipamento, instalações ou serviços; Participa, quando for caso disso, em operações de lançamento, liquidação e cobrança de impostos, taxas e outros rendimentos municipais.


- Perfil de competências: Realização e orientação para os resultados; Adaptação e melhoria contínua; Trabalho de equipa e cooperação e Responsabilidade e compromisso com o serviço.

Considerando que o trabalhador cumpriu a duração do período experimental para os trabalhadores integrados na carreira/categoria de Assistente Técnico cuja duração é de 180 dias, conforme previsto na al. b) n.º 1 do artigo 49.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP);

Considerando que o trabalhador é detentor da licenciatura em Gestão Comercial e Contabilidade e do curso de Mestrado em Gestão/MBA, conforme documentos arquivados no seu processo individual.

Considerando que existe acordo do trabalhador;

Considerando a proposta de consolidação da mobilidade do Chefe da Divisão Sociocultural, constante no



documento n.º 4282/2020, de 27/10/2020 e que se transcreve:

“Considerando que a mobilidade é um instrumento de gestão de recursos humanos da Administração Pública que continua a ser pautado e necessariamente fundamentado na conveniência do interesse público, designadamente por motivações de economia, a eficácia e a eficiência, conforme disposto no artigo 92.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, entende-se ser do interesse público a afetação do trabalhador às funções de assistente técnico, que tem exercido nos últimos meses na Divisão Sociocultural, uma vez que está demonstrado o contributo para a eficácia e eficiência dos serviços no que diz respeito ao Arquivo Municipal onde desenvolve regularmente a sua actividade e que agora terá um acréscimo em virtude da entrada em funcionamento das novas instalações. ”

Considerando que existem fundos disponíveis e está emitida proposta de cabimento n.º 2130/2020, de 18/11/2020 relativo a esta despesa.

Proponho, no uso da competência que me confere a al. a) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 99.º-A da LTFP, a aprovação pela Câmara Municipal, da consolidação da mobilidade do trabalhador Richard Pereira de Amorim, na carreira e categoria de Assistente Técnico.

Ponte da Barca, 19 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal passou à votação da presente proposta, por escrutínio secreto, tendo esta sido aprovada com seis votos a favor e uma abstenção.-----

9.3.- MAPA DE PESSOAL E MAPA ANUAL DE RECRUTAMENTO PARA 2021 –

- Proposta-

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 5424, em 24/11/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “O Mapa de Pessoal é um documento que acompanha o ciclo anual de gestão orçamental, sendo aprovado pelo órgão deliberativo Municipal, aquando da



aprovação dos Documentos Previsionais, podendo o mesmo ser alterado durante a sua execução igualmente por aquele órgão.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o Mapa de Pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades em cada ano, quer correspondam a necessidades permanentes ou transitórias.

Na presente proposta estão previstos o número e a caracterização dos postos de trabalho considerados necessários para a prossecução das atribuições e competências do Município de Ponte da Barca para o ano de 2021, concretizando, assim, os objetivos estratégicos fixados pelo Município, bem como está refletido o impacto das saídas e entradas registadas no último ano.

No âmbito do quadro jurídico aplicável à administração local, é presente, para apreciação e votação da Câmara Municipal, a proposta do Mapa de Pessoal para 2021, complementado com o anexo I onde são apresentados a respetivas descrições dos postos de trabalho. O Mapa de Pessoal contempla os postos de trabalho ocupados, a recrutar e os cativos. Nestes últimos estão incluídos os postos de origem dos trabalhadores nas seguintes situações: em mobilidade, exercício em cargos de dirigente, licença sem remuneração, cargos de nomeação, bem como os procedimentos concursais a decorrer.

Da presente proposta, consta também, o Plano Anual de Recrutamento (anexo II), onde de forma sistemática estão apresentadas as necessidades de recrutamento de trabalhadores para o próximo ano, em cumprimento do artigo 28.º da LTFP.

O Município de Ponte da Barca enquanto entidade de administração local, constitui-se como um contexto privilegiado de contacto com o mercado de trabalho. De forma a dar o seu contributo, designadamente na promoção das condições de empregabilidade e desenvolvimento de competências profissionais de pessoas com deficiência e incapacidade que pretendam desenvolver atividades socialmente úteis, é presente, para apreciação e votação da Câmara Municipal, a proposta do Mapa dos Postos de Trabalho em regime de Emprego Apoiado em Mercado Aberto (anexo III), complementado com o anexo IV onde são apresentados a respetivas descrições dos postos de trabalho.

Assim, proponho, ao abrigo da competência que me é conferida pela al. a), do n.º 2, do artigo 35.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a LTFP, e com a al. a), do n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º



4

209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Ponte da Barca aprove a presente proposta do Mapa de Pessoal para 2021 e do Plano Anual de Recrutamento, conforme mapas em anexo e nos termos da al. o), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à Assembleia Municipal para os mesmos fins.

Ponte da Barca, 23 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho"

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta.-----

- Votaram contra os senhores Vereadores do PS, Ricardo Armada e Pedro Sousa Lobo, que ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Considerando que o presente mapa de pessoal não reflete uma estratégia coerente do município relativamente aos Recursos Humanos, nem uma otimização dos recursos já existentes;

Tendo em conta que o levantamento/estudo relativamente aos Recursos Humanos feita por uma equipa de serviços externos contratada para o efeito, revelou-se totalmente ineficaz e colocou o atual executivo num desnorte completo em matéria de contratações;

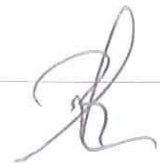
Considerando que o aumento do quadro de pessoal proposto contraria o discurso do executivo quando defendia um quadro ajustado e a otimização do existente;

Constata-se que este executivo, em ano de eleições, decide aumentar a contratação de pessoal da qual inevitavelmente vai resultar um aumento da despesa com o pessoal ;

Tendo em conta que estão previstos contratos de difícil justificação, nomeadamente sete assistentes operacionais para a DAGFCP e incompreensivelmente não estão previstos outros cuja a necessidade ano após ano é sentida com recurso a prestações de serviços.

Pelo supra exposto, os Vereadores do Partido Socialista, Pedro Lobo e Ricardo Armada, votam contra o mapa de pessoal proposto."

- Votou contra a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, que ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: "A proposta de mapa de pessoal e plano anual de recrutamento para 2021 apresenta-se , face à conjuntura em que vivemos, obscuro. Tal como reiteradamente afirmei, mais do que aumentar o número de colaboradores é fundamental promover práticas colaborativas, dinâmicas de trabalho estimulantes, e promover a formação tendo em vista um reforço das competências. Ter colaboradores que foram convidados a prestar serviços que auferem



ordenados principescos e exercem funções similares a outros colaboradores do quadro, auferindo estes, pouco mais que o salário mínimo é naturalmente um convite à baixa produtividade e ineficiência. Face ao exposto voto contra esta proposta.”

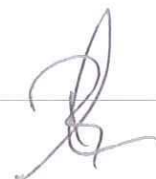
- Pela senhora Vereadora do PSD, Fernanda Marques, foi ditada para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Voto a favor, com a seguinte recomendação: há quatro aspetos fundamentais na análise do mapa de pessoal. A motivação dos funcionários, a aposta na formação, a gestão eficiente dos RH e uma agilização dos procedimentos concursais em curso uma vez que esses postos estão cativos, mas na realidade a organização não pode contar com eles. Mais importante que aumentar o número de postos de trabalho, é necessário motivar todos aqueles que já estão e têm um posto de trabalho. Motivar funcionários exige saber integrar reconhecimento, desafio, clima organizacional positivo e exemplo. Quanto à formação posso dizer que o que faz uma organização são as pessoas que a constituem, a formação dá aos trabalhadores as competências necessárias para fazerem face a qualquer exigência, dá-lhes confiança e certeza daquilo que estão a fazer. Finalmente impõe-se uma gestão dos Recursos Humanos eficiente, equitativa, eficaz e objetiva. Só assim, se conseguirá maximizar o potencial de todos os trabalhadores.”-----

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi ditada para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Este executivo tem feito uma gestão rigorosa dos Recursos Humanos. Tem sido um período exigente, mas que com o apoio, compreensão, dedicação e entrega de todos os colaboradores deste município, temos conseguido voltar a colocar Ponte da Barca num trilho de afirmação, desenvolvimento e, ao mesmo tempo, promovemos a melhoria das condições de vida dos barquenses. Tem sido valorizado e reconhecido o excelente trabalho desenvolvido pelos colaboradores que encontram neste executivo, sempre um voto de confiança nas suas competências e no seu comprometimento para com Ponte da Barca.” A Declaração de Voto do senhor Presidente foi subscrita pelo Vereador do PSD, José Alfredo Oliveira.-----

PONTO Nº: 12- DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1.- PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

- No seguimento da entrada interna registada sob o nº 9390, em 28/09/2020, e da deliberação do Executivo de



01/10/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente o Projeto de Regulamento que se transcreve: "PREÂMBULO - A atual conjuntura de crise, financeira, económica e social que o país vive, provocada pela crise endémica do COVID-19, representa um novo e enorme desafio à nossa capacidade de adaptação a situações até aqui desconhecidas.

A gravidade do risco para a saúde pública provocada pela pandemia do novo COVID-19 exige novas soluções que devem nascer de forte vontade política local, serem concebidas em amplo consenso e implementadas num enquadramento estratégico coerente e estável e com uma base de intervenção alargada, envolvendo as instituições públicas e privadas do concelho e da sua área de influência para uma profunda análise e reflexão mas, sobretudo, criatividade e inovação para encontrar as melhores soluções que visem a promoção da saúde pública, o bem estar e a segurança da população barquense.


"Saúde" é definida como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausências de afetações e enfermidades", pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para esta entidade, a "saúde" é um "Direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconómico, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos", pelo que a promoção de saúde, deve envolver a população como um todo.

Os municípios têm um papel de grande relevância no desenvolvimento dos processos de decisão que influenciam a saúde das populações, sendo a intervenção local, de proximidade, a que melhor permite responder às novas exigências colocadas.

Neste contexto, o envolvimento ativo da população e de todos os agentes públicos e privados, assume-se como estratégia fundamental para alcançar todo o potencial que a implementação de políticas públicas saudáveis requerer.

Em 16 de agosto de 2018, foi publicada a Lei nº 50/2018, que estabelece a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Posteriormente, a publicação do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13º e 33º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

O Conselho Municipal de Saúde irá assim dotar o Município de Ponte da Barca, enquanto órgão consultivo,



contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal, emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde, emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários, propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença, promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas, recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões sobre questões relativas à saúde, analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização, refletir sobre as causas das situações analisadas.

Artigo 1º

(Objeto)

O presente Regulamento define a organização e o modo de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Ponte da Barca, previsto pelo Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

Artigo 2º

(Natureza)

O Conselho Municipal de Saúde é um órgão consultivo do Município de Ponte da Barca, que tem como objetivo dinamizar a articulação e cooperação no planeamento, na definição de estratégias e de políticas de saúde a nível municipal, entre as várias diversas entidades da área da saúde.

Artigo 3º

(Objetivos)

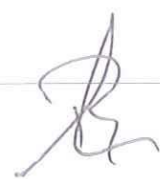
A sua criação tem como principal objetivo desenvolver a participação e formas de controlo, por parte da população, sobre as decisões que afetam as suas vidas, saúde e bem-estar, bem como incentivar a construção de estratégias de promoção de saúde, alicerçadas numa intensa colaboração intersetorial e uma ampla e eficaz participação da comunidade.

Artigo 4º

(Competências)

1 – Compete ao Conselho Municipal de Saúde, designadamente:

- a) Contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal;
- b) Emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde;
- c) Emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários;



4

- d) Propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença;
- e) Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas;
- f) Recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões sobre questões relativas à saúde;
- g) Analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização, objeto do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, refletindo sobre as causas das situações analisadas e propondo as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema de saúde.

2 – O Conselho Municipal poderá, além das temáticas supracitadas, debater outras matérias relativas à saúde ou com esta relacionadas, sempre que se considere pertinente para o desenvolvimento do sistema de saúde no Município de Ponte da Barca.

3 – Com vista ao estudo de assuntos e elaboração de propostas no âmbito das suas competências poderá o Conselho Municipal criar grupos de trabalho.

4 – Os membros do Conselho Municipal devem disponibilizar a informação de que disponham relativa aos assuntos a tratar para o exercício das competências deste.

Artigo 5º

(Composição)

1 – O Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte composição:

- a) O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- c) Um Presidente da Junta de Freguesia eleito em Assembleia Municipal, em representação das Freguesias do Município;
- d) Um representante da Administração Regional de Saúde do Norte;
- e) Um representante da Unidade Local de Saúde do Alto Minho;
- f) O (a) Diretor (a) do Centro de Saúde de Ponte da Barca;
- g) Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), designado, anualmente, pelo órgão, em regime de rotatividade;
- h) Um representante dos Serviços de Segurança Social (ISS, I.P.), designado pelo respetivo Conselho Diretivo;
- i) Um representante das associações da área da saúde pertencentes à Rede Social de Ponte da Barca, por acordo entre as mesmas.



j) Um representante do Conselho Municipal de Proteção Civil;

k) Um representante do Conselho Municipal de Educação;

2 – As entidades supra mencionadas poderão fazer-se substituir, ou delegar e/ou subdelegar as suas competências, nos termos da Lei.

3 – Quando a sua contribuição para a discussão das matérias em agenda seja considerada pertinente à boa decisão, o Presidente do Conselho Municipal, por sua iniciativa ou por proposta de pelo menos um terço dos seus membros, pode convidar a participar nas suas reuniões, sem direito a voto, de personalidades de reconhecido mérito na área da saúde.

Artigo 6º

(Competências do Presidente)

1 – O Conselho Municipal de Saúde é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca ou, em sua substituição, pelo Vereador do Pelouro da Saúde.

2 – Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ponte da Barca:

a) Convocar, abrir e encerrar as reuniões do Conselho;

b) Dirigir os respetivos trabalhos e assegurar a execução das deliberações do Conselho;

c) Assegurar o envio de pareceres, propostas e recomendações emitidas pelo Conselho, para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem;

d) Proceder aos pedidos de substituição de representantes e à marcação de faltas;

e) Assegurar a elaboração das atas.

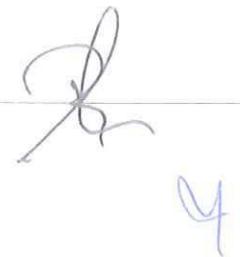
Artigo 7º

(Reuniões e Quórum)

1 – O Conselho Municipal de Saúde de Ponte da Barca reúne ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente por iniciativa própria ou por requerimento de um terço dos seus membros.

2 – As reuniões realizam-se em instalações municipais cedidas para esse efeito ou, por decisão do Presidente, em qualquer outro local do Município.

3 – Compete à Câmara Municipal de Ponte da Barca dar apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho.



4 – Os membros do Conselho são convocados para as reuniões ordinárias, preferencialmente por via eletrônica, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, constando da respectiva convocatória o local, o dia e a hora em que esta se realizará, assim como, a respectiva ordem de trabalhos.

5 – As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação do Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de, pelo menos, dois dos seus membros, devendo neste caso o respetivo requerimento ser dirigido ao Presidente e conter a indicação dos assuntos que se deseja ver tratados.

6 – As reuniões extraordinárias deverão realizar-se nos 10 dias seguintes à apresentação do pedido. Os membros do Conselho devem ser convocados com antecedência mínima de 72 horas sobre a data da reunião, constando da respectiva convocatória o local, o dia e a hora da mesma, bem como, a respectiva ordem de trabalhos.

7 – Nas reuniões extraordinárias só haverá deliberação sobre assuntos previamente agendados e constante das ordens de trabalhos.

8 – O Conselho funciona com a presença de, pelo menos, metade dos seus membros.

9 – Volvidos trinta minutos do início da reunião do Conselho sem que haja quórum de funcionamento, esta poderá realizar-se desde que esteja presente um terço dos seus membros.

Artigo 8º

(Ordem do Dia)

1 – A ordem do dia é estabelecida pelo Presidente do Conselho e cada reunião terá uma.

2 – O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos fixados para a reunião por qualquer membro do Conselho, desde que sejam da sua competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de 10 dias sobre a data da reunião constante da convocatória.

3 – Salvo no caso de reuniões extraordinárias, a ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência mínima de, pelo menos, 5 dias sobre a data da reunião constante da convocatória.

Artigo 9º

(Deliberações e Atas)

1 – As deliberações que traduzam posições do Conselho com eficácia externa devem ser aprovadas por maioria absoluta dos membros presentes.

2 – Quando um parecer, uma proposta ou recomendação for aprovado com votos contra, os membros discordantes podem requerer que conste a sua declaração de voto.

3 – De cada reunião é lavrada a ata que conterà uma síntese de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e os ausentes, os assuntos apreciados, os pareceres, as propostas, as deliberações tomadas, a forma, o resultado das votações e as declarações de voto.

4 – Não podem participar na votação da ata, os membros ausentes na reunião a que a mesma se reporta.

5 – As atas são redigidas sob a responsabilidade do Presidente, pelo apoio técnico e de secretariado da Câmara Municipal, devendo ser assinadas e rubricadas por todos os membros que nelas participem.

6 – As atas são postas à aprovação de todos os membros no início da reunião seguinte e enviadas com a convocatória da mesma.

7 – Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata de onde constem ou se omitam tomadas de posição suas, pode posteriormente solicitar ao Presidente a junção à mesma de uma declaração sobre o assunto.

8 – Nas reuniões em que participem, sem direito a voto, personalidade de reconhecido mérito na área da saúde, quando a sua contribuição para a discussão das temáticas em agenda for considerada pertinente à boa decisão, deverão os mesmos, dar o seu consentimento através do preenchimento da declaração de consentimento nos termos do RGPD.

Artigo 10º

(Grupos de Trabalho)

1 – O Conselho Municipal de Saúde de Ponte da Barca pode deliberar a constituição interna de grupos de trabalho em razão da matéria a analisar ou dos projetos específicos a desenvolver.

2 – Poderão ser convidados a integrar grupos de trabalho, personalidades de reconhecido mérito na área da saúde, quando a sua contribuição para a especificidade dos temas for considerada pertinente.

3 – De entre os membros dos grupos de trabalho é nomeado um relator, podendo ser coadjuvado por outros elementos do grupo ou solicitar a prestação de apoio de secretariado da Câmara Municipal de Ponte da Barca.

Artigo 11º

(Duração do Mandato)

1 – Os membros do Conselho são designados pelo período correspondente ao mandato autárquico.

Artigo 12º

(Faltas e Substituições)

1 – As faltas às reuniões devem ser justificadas, no prazo máximo de 15 dias, mediante comunicação escrita,

dirigida ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

2 – Serão comunicadas à entidade que o designou as faltas não justificadas.

3 – A falta de comparência a três reuniões seguidas ou a cinco intercaladas origina a perda de mandato do respetivo representante.

4 – Deverá ser comunicado, por escrito, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, o impedimento de qualquer representante que determine a necessidade da sua substituição, para que se proceda à indicação do novo representante.

Artigo 13º

(Dúvidas e Casos Omissos)

Quanto à interpretação do presente Regulamento, as dúvidas e omissões que surjam serão resolvidas por deliberação do Conselho Municipal.

Artigo 14º

(Vigência e Designação dos Representantes)

1 – O presente Regulamento entra em vigor cinco dias após a publicação do aviso da aprovação da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, sob proposta da Câmara Municipal, na 2ª série do Diário da República.

2 – A designação dos representantes dos membros do Conselho Municipal de Saúde mencionados nas alíneas dos números 1 e 2 do artigo 5º do presente Regulamento, terá lugar no prazo máximo de 90 dias, após a respetiva publicação No Diário da República.

3 – Aplicar-se-á de imediato o disposto no presente Regulamento quando se proceder à instalação do Conselho Municipal de Saúde, assim como, à convocação e realização da sua primeira reunião.”-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Saúde e submetê-lo a apreciação pública, para recolha de sugestões, nos termos do artº 101.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

12.2. - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021 - NORMA DE EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021-

----- Para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro,

foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara, após cumprimento do nº 3, do art.º 5º, da Lei nº 24/98, de 26 de maio, presente as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2021 com uma Receita e Despesa orçada em 21.778.680,52 €, bem como a norma de execução do referido documento.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, com o voto de qualidade do senhor Presidente da Câmara, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício de 2021, bem como a Norma de Execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício de 2021 e, nos termos da alínea c), do nº 1, do artº 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.-----

- Votaram contra os senhores Vereadores do PS, Ricardo Armada e Pedro Sousa Lobo, que ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: “As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os instrumentos de gestão mais importantes do Município. Nestes documentos deverão estar retratadas as opções, o planeamento estratégico, os investimentos e as despesas que o Executivo pretende concretizar no ano de 2021.

Confessamos que quando lemos a proposta de Orçamento ficamos consternados. Este é um Orçamento frio, sem sensibilidade pelo drama atualmente vivido pelas famílias e empresas em consequência da crise do COVID-19.

Para aqueles que estudem esta proposta, peço que façam a seguinte pergunta: se daqui a 50 anos alguém ler os números deste Orçamento para 2021, perceberá, ou não, que se tratava de um orçamento municipal em ano e para um ano de pandemia do COVID-19?

A indiferença e alheamento do Executivo PSD para os reais problemas das pessoas é tal que parece que estamos num tempo, num ano igual aos outros.

O orçamento de 2021 tinha a obrigação de ter um carácter assistencial muito grande. Não tem. Fala-se que se vai fazer tudo e mais alguma coisa- como se prometeu em 2018, 2019 ou 2020.

Que nos adianta insistirem numa “palha” de projetos ou candidaturas se este Executivo condena as famílias e as empresas locais a definhar? Se forem à insolvência como se erguem depois?

Não há um plano local de apoio face ao flagelo do tecido económico local e social provocado pelo COVID 19, não há uma única menção a medidas concretas no documento, apenas uma previsão de uma despesa de 5.000,00€ com “MEDIDAS LOCAIS COMBATE À PANDEMIA” na pág. 77 do Orçamento.

Em termos de Previsão de Receita de Impostos, embora tenha existido uma correção o Orçamento continua muito empolado, traduzindo-se, assim, num documento irrealista e ilusório.

Relativamente às opções e prioridades, o problema é a sucessiva incapacidade do Executivo do PSD em proceder à

sua execução conforme vem previsto no Orçamento e Plano.

Analisando os orçamentos anteriores deste Executivo verificamos que não existiu uma execução dos mesmos, ou seja, para além do rol de intenções, não existiu qualquer correspondência na realidade do concelho.

É o próprio Orçamento para 2021 que confessa que existiu uma falta notória de execução do orçamento de 2020. Foi um ano perdido, no Orçamento de 2021 verificamos as mesmas promessas. O Presidente da Câmara continua a anunciar muito e a concretizar pouco.

Em suma: Este Orçamento é, mais uma vez, enganador, com muitos anúncios de obra pública que não se vão concretizar em 2021.

O Senhor Dr. Augusto Marinho afirma que transformou a Barca num concelho dinâmico, mas são cada vez mais os Barquenses que concluem que vivem numa Barca adiada, encalhada.

Por outro lado, o Orçamento de 2021, esconde um propósito eminentemente gastador prevendo um endividamento de Ponte da Barca de quase de 3 milhões de euros.

Se em 2019 o Executivo do PSD optou por diminuir a amortização da bancária alargando o pagamento de 5 ou 10 anos para um prazo total de 20 anos, se no Orçamento para 2020 indicou que ia endividar os Barquenses em mais de 1.6 milhões de euros, agora para 2021 (espantem-se!) pretende fixar a dívida de médio e longo prazo num valor de 2.956.394,02€.

Ou seja, continua a estratégia da ilusão dos Barquenses e do endividamento massivo da autarquia consumido sobretudo com encargos de projetos e aquisições de terrenos do Parque Empresarial do Rodo II (cujo custo de concretização será superior a 2,5 milhões de euros), que pelas razões já indicadas na votação daquela proposta de ampliação, se nos afigura um projeto economicamente mais danoso do que proveitoso para o Município, pelos custos elevados dos terrenos com características de área urbana habitacional, numa área próxima do centro da vila e não privilegiando a criação de empresas com um número de postos de trabalho mais elevado (só permite a instalação de empresas até 20 trabalhadores), bem como cuja tramitação na DGAL e a candidatura ao Portugal 2020 tem vindo a apresentar fragilidades.

O Orçamento para 2021 não tem um plano municipal de ataque aos efeitos económicos e sociais do COVID-19, não existe uma efetiva política municipal para a renovação e expansão das redes de água e saneamento, não há desenvolvimento e dinamização das freguesias do concelho, continua a faltar clareza e estratégia na ação social, no apoio às IPSS e à população mais idosa e carenciada, na educação, no apoio ao comércio tradicional e na área



do turismo.

O PS vota contra o orçamento de 2021 – por prever mais endividamento, não estabelecer medidas de apoio às famílias e empresas do concelho, como seria exigível na situação atual de pandemia do COVID 19, e por se traduzir num documento enganador e irrealista como se comprova pelas fracas percentagens de execução dos orçamentos anteriores.

Os Vereadores do Partido Socialista

Ricardo Armada

Pedro Sousa Lobo”

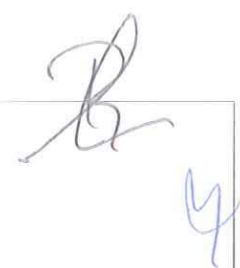
- Votou contra a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, que ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Num ano em que se colocam os maiores desafios aos decisores políticos por força da pandemia que se vive, e das suas consequências cujo impacto é ainda indefinido, é-nos apresentada uma proposta de orçamento para 2021 de verdadeira ficção e ilusão. Quando os barquenses nos mais variados setores estão à espera de medidas que vão ao encontro dos seus reais problemas, eis que somos brindados com palavras vãs e intenções vazias.

Educação, saúde, ação social, cultura, ambiente, emprego, nada que possa fazer face aos graves problemas e que promova uma efetiva coesão social. No pressuposto de que o bem mais sagrado é honrar a palavra que se deu a quem nos elegera, com esta proposta de orçamento, os barquenses mais uma vez estão a ser defraudados. Pelo exposto voto contra a proposta.”

- Absteve-se a senhora Vereadora do PSD, Fernanda Marques, que ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Vim para esta reunião com algumas dúvidas e muitas reticências. Chegada aqui, e após ouvir a apresentação do orçamento pelo senhor Presidente e as várias questões colocadas pelos colegas de vereação, as duvidas dissiparam-se e as reticencias esfumaram-se.

Pese embora não seja a minha área de formação, o desempenho de determinados cargos implica, para aqueles que tentam diariamente ser melhores, algum estudo e o aprofundar de algumas matérias com as quais temos que lidar diariamente. Só assim podemos tomar decisões em consciência, e com a convicção que é o mais acertado para o presente mas também para um futuro próximo da nossa Barca.

Neste caminho devemos sempre, mas sempre, agir de acordo com os princípios que regem os comportamentos de quem desempenha cargos políticos: o princípio da prossecução do interesse público, da transparência, do rigor,



da boa gestão dos dinheiros públicos e tantos outros.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o exercício de 2021 apresenta um valor empolado face à realidade da execução das contas da autarquia.

Numa primeira análise posso afirmar que vamos aumentar a dívida do município caso as receitas orçamentadas não se concretizem e a verdade é que analisando os orçamentos dos últimos anos sabemos de antemão que não vamos ter estas receitas, estando, desde já, a pôr em causa o princípio da estabilidade orçamental e o princípio da equidade intergeracional.

Analisando as Prestações de Contas dos últimos anos facilmente concluímos que não vale a pena sonhar muito pois as nossas receitas só nos permitem concretizar metade desses sonhos, senão vejamos: em 2018 tivemos um orçamento de cerca de 18.500 mil euros com uma taxa de execução a rondar os 68%, em 2019 tivemos um orçamento de 21.800 euros e uma taxa de execução de 60%, em 2020 tivemos um orçamento de cerca de 22.500 euros e que terá uma execução de quanto? 50%? Não sei, mas a próxima Prestação de Contas o dirá.

Questiono onde está o rigor orçamental? Quando vamos cumprir o nº 3, do artigo 56º do Regime Financeiro das Autarquias Locais que refere que no caso de se verificar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85% são informados os responsáveis por estes documentos. Eu não posso e não vou esperar para ser informada.

Tal como referem vários relatórios do Tribunal de Contas, as taxas de execução baixas denotam pouco rigor na previsão face aos valores efetivamente arrecadados. O facto de serem aprovados orçamentos sobreavaliados permite a acumulação de dívidas. Acrescenta ainda este tribunal que temos de ter também uma execução prudente do orçamento da despesa em função da real cobralidade das receitas de modo a garantir um efetivo equilíbrio orçamental. É este o nosso papel, é esta a nossa missão.

Considero que a melhor política não é prever receitas suficientes para cobrirmos as despesas inscritas. É muito diferente o querer do poder, podemos prometer muito mas na verdade sabemos que só vamos cumprir aquilo que as contas da autarquia permitirem, ou então vamos ficar a dever, faltar aos compromissos assumidos, hipotecar as gerações vindouras, fruto de uma gestão pouco rigorosa, em nada realista e sem uma estratégia bem definida.

Por outro lado é muito mais importante que os números são as pessoas.

Este orçamento para 2021 fica muito aquém do que seria expectável ao nível do apoio concreto que o próximo



ano vai exigir.

Sabemos que fruto da pandemia que vivemos 2021 será um ano sufocante para as pessoas que ficaram ou vão ficar sem emprego, para os comerciantes que viram drasticamente prejudicado o seu negócio, para as IPSS's que enfrentaram e suportaram despesas com a Covid que não estavam previstas.

E podem questionar aos Barquenses, se sabiam disto porquê não aumentaram mais o orçamento nestes aspetos? E eu respondo: Porque a margem orçamental era e é muito pequena. Há valores inscritos de 2020 que não foram pagos mas foram compromissados, a estratégia estava direccionada para obras e não para as pessoas, obras que estavam inscritas e continuam a estar inscritas porque não foram executadas e que absorvem quase na totalidade a margem orçamental que podíamos ter. Esta é a realidade e por isso, não obstante, ser uma decisão pessoalmente difícil, é com uma enorme convicção que digo que este documento não acautela efetivamente os princípios orçamentais nem se direcciona para os grandes desafios que vamos ter em 2021 ao nível social. Porque a minha área de formação é o direito não posso e não vou olvidar que há princípios e regras fundamentais para a elaboração destes documentos. Por tudo isto abstenho-me na votação deste documento. "-----

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi ditada para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Quando em março foram impostas as medidas restritivas associadas ao Covid; quando elaboramos em 2019 o orçamento para 2020, não pensávamos na dureza desta realidade o que não impediu que o município desse uma resposta eficiente e reconhecida por todos, sendo apontado como um exemplo. Este orçamento é um orçamento rigoroso no apoio ao desenvolvimento que esta terra necessita, e no investimento necessário de modo a retirar-la dos indicadores negativos que à décadas vem colecionando. Nestes três anos de mandato, a dívida com empréstimos bancários diminuiu em mais de 1 milhão de euros. Temos investido de forma estratégica e de acordo com o que os Fundos comunitários possibilitam. É um orçamento difícil de gerir, porque o próprio Estado reconhece, mas não dá 1 milhão de euros anuais nas receitas do FEF. Tornam-se urgentes investimentos com áreas empresariais, com centros de negócios, com viveiros de empresas, com apoio ao turismo, sem nunca descurarmos a atenção para com as pessoas. Foi este executivo que fez o plano estratégico da habitação, criou as bolsas de estudo, que proporcionam aos jovens um princípio de igualdade no território onde nasceram. É um orçamento que nasce a partir da estratégia do executivo, mas com os contributos dos serviços, discutido no seio do executivo e ouvida a oposição. A este propósito agradeço os contributos do representante da CDU.

Voto favoravelmente e convictamente este orçamento por acreditar que irá efetivamente contribuir para o

desenvolvimento deste concelho e bem-estar das populações." O senhor Vereador do PSD, José Alfredo Oliveira, subscreve a declaração de voto do senhor Presidente da Câmara. -----

12.3.- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE TOUVEDO (S. LOURENÇO E SALVADOR)-

- Proposta-

- Aprovação de minuta-

- Na sequência de pedido formulado pela Junta da União das Freguesias de Touvedo (S. Lourenço e Salvador), registado sob o nº 5461, em 28/05/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que:

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;


A União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador), solicitou a colaboração da Câmara Municipal para apoiar financeiramente na Beneficiação do Cemitério da freguesia (pavimentação dos passeios do cemitério da freguesia de Touvedo S. Lourenço);

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios, quer delegando competências ou subsidiando investimentos, in casu concretizam-se através da celebração de um protocolo, onde além do mais se estabelece o montante do apoio financeiro a suportar pelo município;

Nos termos da alínea o), nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.

Assim, proponho a aprovação da minuta de protocolo infra, a celebrar entre o Município de Ponte da Barca e a União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador).

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 20 de novembro de 2020



O Presidente da Câmara Municipal,
Augusto Manuel dos Reis Marinho
Minuta

Protocolo entre o Município de Ponte da Barca e a União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador)

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, devidamente representada pelo seu Presidente, Augusto Manuel dos Reis Marinho, conforme poderes que lhe são conferidos no artigo 35º, nº 1, alínea a), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, como Primeiro Outorgante

e

A União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador), pessoa coletiva nº 510 840 639, devidamente representada pelo seu Presidente, António Isidoro Oliveira Brito, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, como Segunda Outorgante;

Nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador), acordam na transferência de um apoio financeiro à referida entidade para Beneficiação do Cemitério da freguesia;

Cláusula 2ª

A Câmara Municipal de Ponte da Barca transfere para a União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador), o valor total de 14.261,52 euros, destinado à Beneficiação do Cemitério da freguesia de Touvedo S. Lourenço. Este valor será pago até ao final do primeiro semestre de 2021, de acordo com a disponibilidade de tesouraria do município, sendo que a despesa tem o número de compromisso 2293/2020.

A União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador) responsabiliza-se pela correta utilização da verba a receber, bem como pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3ª

A Câmara Municipal reserva-se o direito de acompanhar a execução do projeto objeto do presente protocolo, em

colaboração com a União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador).

Cláusula 4ª

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

Ponte da Barca, aos _____ dias do mês de _____ de 2020.

O presente Protocolo foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado e autenticado com selo branco, na posse de cada um dos outorgantes.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Presidente da União de Freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador)

António Isidoro Oliveira Brito"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo supra transcrita.-----

12.4. - ABERTURA DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2020/2021

- Proposta-

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 5430, em 24/11/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que:

A Constituição da República Portuguesa define no nº 2, do art 73º, que o "Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva";

Também a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, refere nas alíneas d) e h) do n.º 2 do art.º 23, que os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação e da ação social;

A alínea v), do nº 1, do artigo 33º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, estabelece que compete à Câmara Municipal “participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal”;

Este diploma consagra ainda na alínea hh) do mesmo preceito legal que compete também à Câmara Municipal “deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”;

A situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas famílias e a necessidade de apoiar economicamente jovens estudantes, como forma de eliminar ou atenuar desigualdades económicas e sociais que intervêm como fator impeditivo no seu acesso à educação e à formação;

A atribuição de bolsas de estudo minimizará o esforço de muitas famílias e conferirá maior estabilidade psico-emocional ao estudante, de modo que possa prosseguir o seu percurso académico, numa perspetiva responsável;

A importância que assume a Educação e Formação dos jovens na construção de uma sociedade mais desenvolvida e justa;

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Ponte da Barca, no âmbito das suas políticas de juventude, ação social e educação elaborou um regulamento de atribuição de bolsas de estudo, para estudantes do ensino superior do concelho mais desfavorecidos economicamente, com o objetivo de reduzir as dificuldades socioeconómicas e de contribuir para o desenvolvimento educacional e a elevação cultural do concelho de Ponte da Barca.

Assim, de forma a concretizar-se o respetivo apoio, o Regulamento estabelece, no seu artigo 8º, que para a atribuição do subsídio a Câmara Municipal delibera, para cada ano letivo, a abertura do concurso para atribuição das bolsas de estudo, pelo que proponho a respetiva abertura e que o período das candidaturas seja de 04 de dezembro de 2020 a 04 de janeiro de 2021.

Mais proponho, que esta calendarização seja publicitada mediante afixação de editais nos locais do costume, bem como na página eletrónica do município.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 24 de novembro de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal,

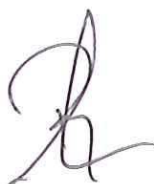
Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

PONTO Nº: 14 – ENCERRAMENTO

----- Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para produzir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião.-----

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas dezoito horas e cinquenta e um minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.-----



Paulo Alexandre da Rocha Rêgo